

SERÁ QUE CRESCIMENTO ECONÓMICO É SEMPRE REDUTOR DA POBREZA? Reflexões sobre a experiência de Moçambique

Marc Wuyts

Introdução

Sem dúvida, o crescimento económico é importante para a redução da pobreza. De facto, é muito difícil imaginar como é que a redução sustentável da pobreza poderia acontecer num contexto de estagnação ou declínio económico. Portanto, crescimento económico é importante, mas a questão é se crescimento económico é sempre redutor da pobreza. O argumento comum sobre a ligação entre crescimento económico e pobreza é que a adopção de políticas macroeconómicas "correctas" – os chamados "elementos fundamentais" como baixa inflação, abertura comercial, liberalização dos mercados, "boas" políticas financeiras e "boa" governação – inevitavelmente induzirá crescimento económico e que, por seu turno, conduzirá à redução da pobreza. Mais especificamente, o argumento comum estabelece que se o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* crescer substancialmente e a desigualdade (medida pelo coeficiente de Gini derivado de sucessivos inquéritos aos orçamentos familiares) não aumentar, então a incidência da pobreza (absoluta) deve reduzir. Se esta esperada redução na pobreza não acontecer, então diz-se que existe um paradoxo (ou absurdo) ou, como mais comumente acontece, explica-se o fenómeno com o argumento de que algo está errado com a informação estatística ou com o modelo estatístico de análise. Neste IDeIAS, no entanto, eu defendo que este argumento comum sobre a ligação directa entre crescimento e pobreza e, mais especificamente, entre crescimento e pobreza via coeficiente de Gini, ignora a importância da variação dos preços relativos entre categorias de produtos. Mais especificamente, este argumento comum ignora a importância do impacto da variação dos preços relativos da comida nos níveis e dinâmicas de pobreza. Vou, portanto, argumentar que o crescimento substancial do PIB *per capita* pode ser consistente com a estagnação ou mesmo aumento da incidência da pobreza, mesmo que a desigualdade (medida pelo coeficiente de Gini) não aumente.

Importância dos preços relativos

Por que é que os preços relativos são importantes? A razão é que o crescimento do PIB *per capita* não

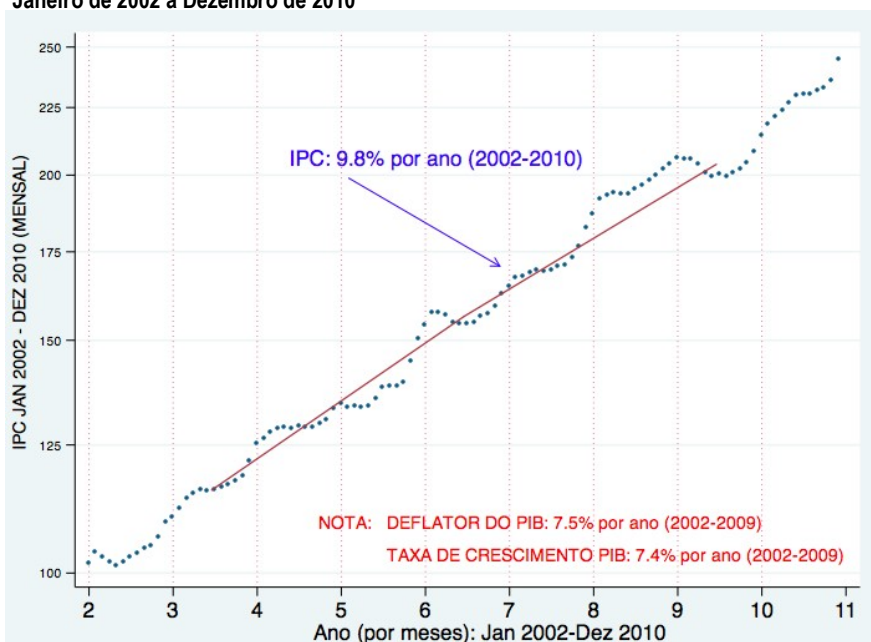
é sempre equivalente à melhoria dos níveis de vida. O PIB de um país mede o valor acrescentado agregado da sua produção doméstica, que inclui a produção de bens de consumo, bens de investimento e exportações (depois de deduzidas as importações). Para medir o seu crescimento real ao longo do tempo, o PIB é calculado a preços constantes com base no nível de preços de um ano anterior qualquer, previamente definido. Portanto, o índice de preços apropriado para calcular o PIB a preços constantes é o *deflator implícito do PIB*, que capta a taxa geral de inflação da produção doméstica agregada. No entanto, para medir a variação real nos níveis de vida são os preços dos bens de consumo que importam (em vez da inflação geral que é usada para deflacionar o PIB). Portanto, o deflator apropriado para medir a variação real dos níveis de vida é a taxa de variação dos preços de bens de consumo, ou o índice de preços ao consumidor (IPC), que capta a variação dos preços enfrentada pelos consumidores. Estes dois índices de preços variam mas não necessariamente em consonância um com o outro. É possível os preços dos bens de consumo variarem mais depressa ou mais lenta-

mente que os níveis gerais de preços da produção doméstica. Se esta discrepância existir, então o crescimento dos níveis de vida vai diferir do crescimento do PIB *per capita*.

Experiência de Moçambique

Segundo os dados oficiais¹, no período compreendido entre 2002 e 2010, as médias anuais de crescimento do PIB de Moçambique e da população foram de aproximadamente 7,4% e 2,4%, respectivamente, o que significa que o PIB *per capita* cresceu a uma média anual de 5% (= 7,4% - 2,4% = 5%). Como mostra o gráfico 1, a taxa de inflação média anual para o deflator implícito do PIB foi de 7,5% (linha a grosso, vermelha), enquanto a média anual da taxa de inflação do nível de vida, o IPC, foi de 9,8% (linha tracejada, a azul). Existe, pois, uma diferença substancial, de 2,3%, entre os dois deflatores. Portanto, o crescimento potencial do nível de vida real difere do crescimento do PIB real *per capita* pela magnitude da diferença entre os dois deflatores. Assim, o potencial anual máximo de crescimento do nível de vida médio foi inferior a 3% (= 5% - 2,3% = 2,7%).

Gráfico 1: Índice de preços ao consumidor e deflator implícito do PIB em Moçambique: Janeiro de 2002 a Dezembro de 2010



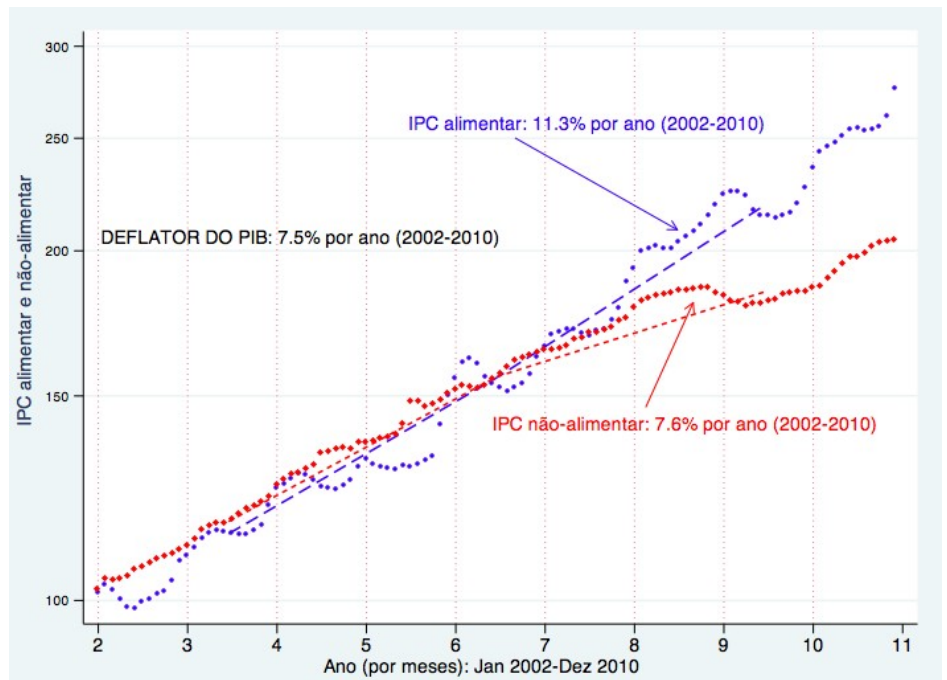
Nota: O eixo vertical está em escala logarítmica: distâncias verticais iguais implicam rácios de variação iguais.

1. Do Instituto Nacional de Estatística (INE), do Governo de Moçambique, do Banco de Moçambique e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Neste ponto, é necessária uma importante chamada de atenção. Este cálculo sobre o potencial máximo de crescimento do nível de vida representa apenas uma medida rudimentar (ou muito básica) porque (1) o cálculo assume que a proporção do consumo na despesa agregada se mantém constante e (2) que o crescimento do PIB (que reflecte o valor acrescentado agregado da produção realizada em território nacional) também reflecte o crescimento do rendimento nacional (que reflecte o rendimento de facto retido na economia nacional). Se, como acontece em Moçambique, os lucros representam uma parte significativa e crescente do valor acrescentado e são repatriados para fora da economia moçambicana – com os dois fenómenos em grande medida explicados pela dominância do investimento directo estrangeiro, particularmente em mega projectos, e pelos benefícios que lhes são atribuídos – a proporção do consumo no valor acrescentado deve variar e o crescimento do rendimento nacional deve ser inferior ao crescimento do PIB. Logo, o cálculo do potencial máximo de crescimento do nível de vida feito acima sobrevaloriza esse potencial por não incluir os efeitos tanto da variação da proporção do consumo no valor acrescentado, como a diferença entre rendimento nacional e PIB. A magnitude desta sobrevalorização depende de dados ainda não disponíveis.

Para a análise do nível de vida, é inadequado usar apenas a taxa agregada de inflação dos preços de bens de consumo (IPC) por causa das seguintes razões: (1) os padrões de consumo diferem entre famílias, dependendo de elas serem mais pobres ou mais ricas; (2) mais especificamente, a proporção do rendimento gasto no consumo de comida diminui à medida que o rendimento aumenta (o que é conhecido como "lei de Engel"); (3) o IPC (usado como deflator geral do nível de vida) assume que, em média, 55,46% das despesas familiares são em comida; mas (4) esta proporção é demasiado alta para as famílias mais ricas e demasiado baixa para as famílias mais pobres (que frequentemente gastam entre 70% ou 80% do seu rendimento em comida). Por causa das diferenças nos padrões de consumo, os preços da comida afectam as famílias pobres muito mais do que as famílias mais ricas, pelo que têm consequências muito importantes para a incidência da pobreza. Para captar estas diferenças de padrões de consumo na análise da evolução do nível de vida dos pobres (ou redução da pobreza), é necessário desagregar o IPC em pelo menos duas componentes: índice de preços para bens de consumo alimentares e índice de preços para bens de consumo não-alimentares.

Gráfico 2: Índice de preços ao consumidor desagregado entre bens alimentares e não-alimentares em Moçambique: Janeiro de 2002 a Dezembro de 2010



O gráfico 2 revela uma situação muito preocupante em Moçambique. Durante todo o período entre 2002 e 2010, os preços dos produtos alimentares cresceram, em média, 11,3% ao ano. A esta taxa de inflação, os preços dos produtos alimentares duplicam em cada 6 anos e meio! Se estamos preocupados com a pobreza alimentar (que é extraordinariamente elevada em Moçambique), é precisamente a inflação dos preços dos alimentos que é mais importante.

A discrepância entre a inflação média anual dos preços dos bens alimentares (11,3%) e o deflator médio anual do PIB (7,5%) é substancial (3,8%) e estima a taxa à qual os preços dos bens alimentares cresceram mais depressa que a taxa geral de inflação. Isto implica que o potencial máximo de melhoria do nível de vida das camadas pobres da população é metade do estimado anteriormente (com o uso do IPC agregado). Portanto, crescimento económico em Moçambique ocorreu em simultâneo com inflação rápida dos preços relativos da comida (e, mais geralmente, de todos os bens básicos de consumo), o que implica que é possível a incidência da pobreza ter permanecido constante ou mesmo ter piorado apesar do rápido crescimento económico – mesmo que a distribuição monetária das despesas (ou dos rendimentos) não se tenha alterado. De facto, dado que os mais pobres gastam uma proporção muito mais alta do seu rendimento em comida do que os mais ricos, a diferença entre a inflação dos preços relativos da comida e a inflação geral afecta os pobres muito mais do que os ricos, o que conduz a que a distribuição do rendimento piore em termos reais.

Implicações para política económica

Este argumento tem implicações importantes para estratégia económica. Nos últimos anos, os preços mundiais de bens alimentares aumentaram rapidamente, o que provocou o aumento dos preços de importação de comida. Por seu lado, a produção doméstica de comida tem sido muito variável e com taxas de crescimento geralmente baixas, o que torna o país mais dependente da importação de comida (e mais afectado, por consequência, pela inflação importada associada com os preços de importação de comida). Entre 2002 e 2008, a produção de comida expandiu em 2,2% ao ano, o que é inferior ao crescimento da população – logo, a produção de comida *per capita* diminuiu – e a produtividade na produção alimentar (medida pelos rendimentos por hectare) diminuiu a uma média anual de -2,7%.² No mesmo período, as taxas de crescimento do PIB foram impressionantes. No entanto, para a redução da pobreza o que importa não é apenas a taxa de crescimento do PIB mas também o tipo de economia que é construído que, em Moçambique, parece ser muito desequilibrada a favor da produção para exportação impulsionada por mega projectos. A lição parece ser que embora a produção para exportação seja sem dúvida importante, é igualmente importante garantir a produção para o mercado doméstico – em particular a produção e circulação de bens de consumo essenciais a preços acessíveis para as camadas mais pobres, em especial de bens alimentares.

². Poverty and Well-being in Mozambique: Third National Poverty Assessment, October 2010.